



Protocolo:

Processo:

Projeto:

Data Leitura: ____/____/____

Data Arquivo: ____/____/____

Ass.Protocolo: _____

Tipo: **Requerimento**


Autor: **Dep Dr. Paulo Siufi;**

Requerimento nº 38 de 2017.

Requeiro, com fundamento no Artigo 58, § 3º da Constituição Federal; Artigo 64, § 3º da Constituição Estadual / MS, combinado com o Artigo 51, II, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, com o propósito de apurar o fato determinado, objeto da CPI das Irregularidades Fiscais e Tributárias do Estado de MS:

Determinar explicação pessoal do Secretário de Fazenda, Sr Márcio Monteiro, acerca do não cumprimento total dos termos de acordo da concessão dos incentivos fiscais contidos no TARE (Termo de Acordo de Regime Especial) n 1103/2016 firmado em 13 de Janeiro de 2016.

Plenário das deliberações, 13 de Setembro de 2017.


DEPUTADO DR. PAULO SIUFI
PMDB

JUSTIFICATIVA

No que tange ao acompanhamento dos TARE, já foi esclarecido que a fiscalização é contábil, ou seja, pelo acompanhamento das notas fiscais e documentos fiscais utilizados no intervalo de tempo determinado.

Esta CPI já apurou as milhares de notas frias utilizadas, além de notas em duplicidade e até em triplicidade. O percentual ultrapassa 92% em notas irregulares relativas ao TARE (Termo de Acordo de Regime Especial).



Destarte, mediante a forte cobrança da opinião pública e em razão de inúmeras matérias vinculadas nacionalmente, poderá então o secretário Márcio Monteiro elucidar as questões ora apresentadas.